

HABEAS CORPUS Nº 548.547 - SP (2019/0356777-6)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : **MARCIA MIRTES ALVARENGA RIBEIRO**
ADVOGADOS : **MARCIA MIRTES ALVARENGA RIBEIRO - SP244190**
 : **RAQUEL MOULIN AZEVEDO AMARAL - SP392349**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **J L DE S L**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de J L DE S L, em face do acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim relatado (fl. 21):

JOSÉ LUIZ DE SOUZA LIMA APELA da r. sentença de fls. 290/295, prolatada pela MMª. Juíza de Direito, Drª. Thais Fortunato Bim, que julgou parcialmente procedente a ação e o condenou à pena de 09 (nove) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso no artigo 217- A, do Código Penal.

Inconformada, a Defesa postula a reforma da r. sentença, visando à absolvição, pela insuficiência probatória. Subsidiariamente, pugna pela redução da reprimenda e a fixação do regime inicial semiaberto para o cumprimento da pena (fls. 310/323).

Regularmente processado o recurso, o Ministério Público apresentou contrarrazões às fls. 329/331, aguardando o não provimento do recurso.

A Procuradoria Geral de Justiça, em seu parecer de fls. 345/351, opinou pelo não provimento do apelo, mantendo-se a r. sentença condenatória por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 9 anos, 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso na sanção do art. 217-A, *caput*, do Código Penal.

Inconformada, a Defesa interpôs o recurso de apelação, que a qual foi negado provimento pelo Tribunal local, mantendo a sentença pelos seus próprios fundamentos.

No presente *writ*, alega, em suma, a ocorrência de constrangimento ilegal ao argumento de que o Tribunal de origem determinou a prisão do ora Paciente, ainda que sem o trânsito em julgado da competente Ação Penal, em afronta direta à jurisprudência e autoridade desse STJ e do STF.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para revogar a ordem de prisão.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Em recente julgado, o Pleno do Supremo Tribunal Federal, apreciando as ADCs 43, 44 e 54, ainda pendentes de publicação, firmou compreensão quanto à constitucionalidade do art. 283 do Código de Processo Penal, segundo o qual *Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva*, estando a citada regra em consonância com o princípio da presunção de inocência.

No presente caso, foi deferido o direito do condenado de recorrer em liberdade (fl. 19), de modo que restam presentes os requisitos da fumaça do bom direito e do perigo à liberdade a ensejar, na hipótese, o deferimento da liminar.

Ante o exposto, defiro a liminar para obstar a expedição de mandado de prisão em nome do paciente J L DE S L até o trânsito em julgado da ação penal, salvo se presentes os requisitos autorizadores da segregação cautelar, nos termos do art. 283 do CPP.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator